

Click to verify



Caso exploradores de caverna

O Caso dos Exploradores de Cavernas: Uma Análise Jurídica, Filosófica e Sociológica
O "Caso dos Exploradores de Cavernas", escrito por Lon Fuller em 1949, é uma das narrativas jurídicas mais ricas e debatidas no campo da filosofia do direito. O caso fictício coloca cinco espeleólogos, presos em uma caverna após um desmoronamento, em uma situação extrema. Depois de ficarem sem comida e perceberem que o resgate não chegaria a tempo de evitar a morte por inanição, eles decidem sacrificar um dos membros do grupo para que os demais possam sobreviver. Após um sorteio, Roger Whetmore é escolhido, mas ele se arrepende e tenta desistir da decisão. No entanto, os outros exploradores seguem com o plano, matam Whetmore e se alimentam de sua carne. Após o resgate, os sobreviventes são acusados de homicídio, e o caso é levado à Suprema Corte de Newgarth, onde cinco juízes fictícios, cada um representando diferentes correntes de pensamento jurídico, devem julgar o destino dos exploradores. O objetivo deste artigo é analisar as diferentes abordagens jurídicas e filosóficas apresentadas no julgamento, além de trazer uma perspectiva sociológica que explora como as decisões judiciais interagem com os valores sociais. A obra de Fuller oferece uma plataforma de debate sobre o papel do direito, da moralidade e da justiça em situações extremas, e como diferentes concepções teóricas podem conduzir a resultados divergentes. O juiz Truepenny, o primeiro a se pronunciar, adota uma postura estritamente positivista. Segundo ele, os réus infringiram claramente a lei que proíbe o homicídio, e a pena prevista para tal crime é a morte. Para Truepenny, não cabe ao juiz modificar a lei ou criar exceções, mesmo em circunstâncias extremas. O papel do judiciário é aplicar a lei conforme está redigida, e qualquer mitigação de sua aplicação deve ser realizada pelo Poder Executivo, por meio de um indulto. Truepenny, contudo, demonstra empatia ao sugerir que o caso seja encaminhado ao chefe do Executivo, na expectativa de que a clemência seja concedida. Sua visão reflete o positivismo jurídico, que entende o direito como um sistema de normas objetivas que devem ser seguidas de forma rigorosa, sem espaço para subjetividades ou interpretações morais. Ao mesmo tempo, ao sugerir a clemência, ele busca aliviar a tensão moral que o caso impõe, mas sem romper com o rigor da aplicação legal. O juiz Foster, por sua vez, apresenta uma abordagem totalmente oposta, invocando o jusnaturalismo. Ele argumenta que, no momento em que os exploradores estavam presos na caverna, encontravam-se em um "estado de natureza", onde as leis de Newgarth não se aplicavam. Segundo sua lógica, as leis humanas são criadas para regular a convivência em sociedade, mas, quando os exploradores foram isolados de sua comunidade e forçados a enfrentar uma situação de vida ou morte, eles deixaram de estar sob a jurisdição das leis postivadas. Foster sustenta que, em situações extremas como essa, prevalece a lei natural de autopreservação, e que o ato de sacrificar Whetmore era moralmente justificável, pois seguia o princípio básico de sobrevivência. Para ele, os réus não cometeram homicídio, pois agiram de acordo com as leis da natureza, que têm precedência sobre as leis positivadas em circunstâncias excepcionais. Foster revela uma confiança profunda nos princípios morais naturais, acreditando que o direito deve refletir esses princípios universais e eternos, acima das regras artificiais criadas pelos homens. A reação do juiz Tatting revela a complexidade e a angústia que surgem quando o direito entra em conflito com dilemas morais profundos. Tatting demonstra grande incerteza ao analisar o caso, incapaz de conciliar a aplicação literal da lei com as circunstâncias excepcionais dos réus. Ele não aceita o argumento de Foster sobre o "estado de natureza", considerando-o uma abstração perigosa. Ao mesmo tempo, sente-se desconfortável com a aplicação simples e fria da lei conforme defendida por Truepenny. Sua análise é minuciosa, mas, ao final, ele se vê incapaz de tomar uma decisão. Esse voto reflete o dilema que muitos juristas enfrentam quando o sistema legal se depara com situações onde a justiça parece estar em desacordo com a legalidade estrita. Tatting representa o realismo jurídico, ao reconhecer que a interpretação e a aplicação do direito são influenciadas por fatores emocionais, sociais e subjetivos, e que o juiz, como ser humano, não é imune a esses fatores. Já o juiz Keen adota uma postura extremada de positivismo rígido. Para ele, o papel do juiz é aplicar a lei da forma mais objetiva possível, sem considerar qualquer aspecto moral ou social. Ele critica tanto Truepenny, por sugerir a clemência, quanto Foster, por tentar justificar o crime com base em princípios morais. Keen acredita que o direito é um sistema fechado e autossuficiente, e que os juizes devem resistir à tentação de interpretar as normas de acordo com suas próprias convicções morais ou com as circunstâncias do caso. Seu voto reflete uma visão legalista e técnica do direito, que rejeita qualquer tentativa de flexibilização das normas em nome da justiça ou da moralidade. Para Keen, a lei deve ser aplicada com precisão matemática, e qualquer questão moral deve ser resolvida fora dos tribunais. Por fim, o juiz Handy oferece uma abordagem pragmática e sociológica. Ele argumenta que o direito deve ser aplicado de forma a refletir o senso comum e a opinião pública. Para Handy, o papel do juiz não é apenas interpretar a lei, mas também considerar o impacto social de suas decisões e garantir que elas estejam de acordo com as expectativas da sociedade. Ele acredita que condenar os exploradores à morte seria absurdo, dada a situação em que se encontravam, e que o público veria tal decisão como uma injustiça. Handy critica seus colegas por serem excessivamente técnicos e desconsiderarem o contexto social e as consequências práticas de suas decisões. Sua visão está alinhada com o realismo jurídico pragmático, que defende que o direito deve ser uma ferramenta flexível, ajustada às necessidades e valores da sociedade. Ao observar os diferentes votos, fica claro que o "Caso dos Exploradores de Cavernas" é mais do que uma simples discussão sobre homicídio: ele é uma arena para o confronto de grandes teorias jurídicas e filosóficas. Cada voto reflete uma perspectiva sobre o papel do direito, da moralidade e da função do judiciário. Truepenny e Keen representam o positivismo jurídico, com ênfase na aplicação estrita da lei. Foster, com sua visão jusnaturalista, desafia o positivismo ao sugerir que a lei natural deve prevalecer sobre a lei positivada em situações de vida ou morte. Tatting, dividido entre essas duas abordagens, personifica a angústia do jurista que se vê diante de um conflito insolúvel entre a legalidade e a justiça. Handy, por outro lado, rompe com a rigidez dessas teorias ao propor uma abordagem pragmática, que coloca o direito a serviço da sociedade. Esse debate filosófico não se limita à aplicação do direito em casos extremos, mas também levanta questões fundamentais sobre a relação entre direito e moralidade. O positivismo jurídico, como defendido por Truepenny e Keen, sustenta que o direito é autônomo e separado da moralidade. A função do juiz é aplicar a lei conforme está escrita, sem questionar suas implicações morais. No entanto, essa visão é desafiada pelo jusnaturalismo de Foster, que argumenta que o direito deve estar alinhado com princípios morais universais, e que a lei positiva perde sua legitimidade quando contraria esses princípios. O realismo jurídico, representado por Tatting e Handy, oferece uma terceira via, ao reconhecer que o direito não pode ser interpretado de forma neutra e objetiva, pois ele é moldado pelas circunstâncias sociais e pelos valores dos indivíduos que o aplicam. Além das implicações filosóficas, o "Caso dos Exploradores de Cavernas" também traz à tona questões sociológicas importantes sobre a legitimidade das decisões judiciais. A perspectiva de Handy, que considera a opinião pública e o senso comum, revela uma preocupação com a legitimidade social das decisões judiciais. O direito não existe em um vácuo, e suas decisões devem ser aceitas pela sociedade para que possam ser efetivas. Decisões que, embora tecnicamente corretas, sejam percebidas como injustas, podem minar a confiança do público no sistema judicial e no próprio Estado de Direito. Nesse sentido, o caso reflete a tensão entre legalidade e justiça substantiva. A aplicação estrita da lei pode levar a resultados que são vistos como injustos pela sociedade, o que levanta a questão de até que ponto o direito deve ser flexível para atender às expectativas de justiça do público. Essa tensão é especialmente evidente em casos extremos, como o dos exploradores de cavernas, onde as circunstâncias desafiam a aplicação tradicional das normas jurídicas. O "Caso dos Exploradores de Cavernas" é, portanto, um estudo rico e multifacetado, que vai além de uma simples questão de aplicação da lei. Ele oferece uma plataforma para explorar os limites da legalidade, a relação entre direito e moralidade, e a legitimidade social das decisões judiciais. A narrativa fictícia de Fuller continua a ser uma ferramenta poderosa para estimular o debate sobre a natureza do direito e seu papel na sociedade, desafiando juristas e filósofos a reconsiderarem suas concepções sobre justiça e legalidade. Em última análise, o caso nos lembra que o direito não é apenas um conjunto de regras objetivas, mas uma prática social profundamente enraizada nos valores e nas expectativas da sociedade. Decisões judiciais, especialmente em casos complexos e extremos, precisam equilibrar a aplicação da lei com a consideração das circunstâncias morais e sociais, para garantir que o sistema jurídico permaneça legítimo e respeitado. Assim, o "Caso dos Exploradores de Cavernas" continua a ser uma lição atemporal sobre os desafios e dilemas enfrentados pelos operadores do direito em sua busca por justiça em um mundo complexo e imperfeito.
This webpage was generated by the domain owner using Sedo Domain Parking. Disclaimer: Sedo maintains no relationship with third party advertisers. Reference to any specific service or trade mark is not controlled by Sedo nor does it constitute or imply its association, endorsement or recommendation. Al realizar el sorteo Whetmore decide retirarse argumentando que se debe esperar más tiempo, sin embargo el resto de los exploradores comentan que ya no es momento para cambiar de decisión, que es necesario seguir en el sorteo para no violar el pacto concretado. Así que uno de los exploradores restantes toma su posición obteniendo como resultado el asesinato de Whetmore. A raíz de este suceso ellos son procesados por el delito de homicidio y en el Juicio Oral el jurado determina que los hechos declarados son verídicos y deben de ser ahorcados conforme a las leyes de Commonwealth, posteriormente el jurado solicita que esa pena se comute por 6 meses de prisión.Se presentan en la lectura diversas posturas que se explicarán a continuación:Presidente de la Corte Truepenny:Hace una narración previa de los hechos, donde argumenta que es necesario hacer una petición al ejecutivo para que este conmutara la pena de muerte por 6 meses de prisión.Ministro Foster:No está de acuerdo con la petición del Presidente de la Corte, pues argumenta que la respuesta debe ser basada conforme a las leyes de Commonwealth.El Ministro señala que cuando Whethmore murió en manos de los de los cuatro acusados, todos actuaban bajo un estado de naturaleza y por eso el ordenamiento jurídico positivo no debe aplicarse en este caso, pues aunque se haya violado de forma literal la ley, no se viola en si misma, ya que el Código Penal no establece una opción entre la vida y la muerte, por lo que los cuatro exploradores deben ser absueltos. Claramente la posición del Ministro Foster es lusnaturalista (Derecho Natural).Ministro Tatting:Está en total desacuerdo con la postura del Ministro Foster, puesto que manifiesta que su argumento está lleno de falacias y contradicciones criticándolo. Si bien la legítima defensa está establecida dentro de los códigos, no aplica en dicha situación, ya que los acusados premeditaron y actuaron intencionalmente para cometer dicho homicidio regulado dentro de las normas de Commonwealth. Isupositivismo (Derecho Positivo).Ministro Keen.Comenta que a diferencia del Ministro Tatting el perdonaría a los cuatro acusados, pero si él fuera el Juez no enviaría peticiones al poder ejecutivo, pues la decisión de bienestar debe estar eternamente guiada por el derecho de Commonwealth, es decir tiene que estar guiada por las normas positivadas dentro del derecho. Argumenta también que los acusados deben ser condenados en virtud de la aplicación de las leyes que están establecidas y que rigen a todas las personas. Iuspositivismo. Enviado por Key García • 29 de Mayo de 2020 • Tarea • 1.320 Palabras (6 Páginas) • 602 Visitas [pic 1]UNIVERSIDADOPARIN S.C.TEMA:FECHA:Subtema:ELABORO:CARRERA:Derecho[pic 2] [pic 3] [pic 4] [pic 5] [pic 6] [pic 7]Explica detalladamente con tus propias palabras, qué problemática suscita dentro de la historia.El caso de los exploradores de cavernas es una historia que habla sobre cinco exploradores que son miembros de una en una sociedad de aficionados a realizar este tipo de expediciones, suceda a inicios del mes de mayo en el año 4299, logran ingresar a una caverna y ya estando adentro ocurre una avalancha que bloquea la entrada así y salida, en esta situación ellos deciden ubicarse cerca de la entrada obstruida esperando ser rescatados efectivamente se envía a una partida de rescate en atención a las llamadas de auxilio que hacen los familiares y empiezan las labores para poder rescatar a los exploradoras, esto se complicó debido a que ocurre otra serie de avalanchas más.Llegadó el día 21 supo que los exploradores llevaron consigo a la caverna un equipo inalámbrico portátil con el que se podía tanto transmitir como recibir mensajes, de inmediato los rescatistas establecen comunicación con los exploradores, los exploradores preguntan qué cuánto tiempo más tendrán que esperar para ser rescatados ya que su preocupación era que no tenían las suficientes provisiones para seguir con vida, y de ser así, si es que tenían probabilidades de sobrevivir en esas condiciones, esta comunicación se interrumpe por algunas horas y cuando vuelven a tomar la comunicación preguntan si la idea de alimentarse de uno de ellos permitiría que los otros sobrevivieron en los días que harían falta para ser rescatados , ninguno de los miembros del grupo de rescate dio una respuesta, luego la comunicación no se vuelve a establecer. El día 32 logran finalmente rescatarlos y se dan cuenta que exactamente el día 23 Roger Whetmore (uno de los exploradores) fue asesinado y comido por sus compañeros. Lo siguiente es que se toma declaraciones de los cuatro exploradores, y resultado que fue precisamente el mismo Whetmore quien les propuso la idea de que con unos dados que traía consigo hacer un sorteo y así escogerían al azar a uno de ellos para que los otros cuatro se pudieran alimentar. Dejaron en claro que en un principio no estaban de acuerdo con esa idea, que debían reconsiderarla pero luego de bastante discutir sobre ello decidieron aceptar, cuando fueron a realizar el sorteo después de haber discutido muchísimo acerca de las probabilidades que había de una u otra respuesta Whetmore decide salirse del sorteo y dice que pues prefiere esperar un tiempo más, sin embargo los exploradores dicen que ya no es momento para retirarse de esa decisión que él había violado el pacto al que habían llegado que por lo tanto debía seguir en el sorteo, los explorados tiran los dados y resultado que Whetmore es quien debe ser asesinado razón por la que ellos pues deciden darle muerte. A raíz de esta situación ellos son procesados por el delito de homicidio y pues en el juicio oral el jurado determina que efectivamente los hechos sucedieron de esa y que deberían ser condenados a ser ahorcados conforme a la ley de Commonwealth, sin embargo, el jurado solicita que esa penda se les compute por seis meses de prisión Respecto a cada uno de los ministros y presidente:TruepennyEl señalo que lo que se debía hacer era una petición al ejecutivo, para que fuese este quien conmutara la pena a los cuatro acusados."Quien quiera privar intencionalmente de la vida a otro, será castigado con la muerte" Esta ley no permite excepción alguna aplicable a este caso por más que nuestras simpatías nos induzcan a tomar en cuenta la trágica situación en que se hallaron estos hombres.En casos como el presente la clemencia ejecutiva aparece admirablemente adecuada para mitigar los rigores de la ley.FosterSeñala que cuando whetmore murió a manos de los cuatro acusados ellos se encontraban en un estado de naturaleza y por ello no debía aplicarse la ley de Commonwealth, por que a pesar de haber violado esa ley no establece una ley entre vivir o morir y el estable que lo que se debe aplicar en este caso es la ley natural y por ello los acusados deben ser absueltos.Si sus atenciones actuaban con derecho mientras procuraban privarlo de ja vida, entonces Whetmore ciertamente no hubiera podido excusarse más de lo que puede hacerlo un prisionero condenado que mata al verdugo que, en cumplimiento de la ley.Las condiciones usuales de la existencia humana nos inclinan a ver en la vida de los hombres con un valor absoluto, que bajo ninguna condición ha de sacrificarse.Lo que aquellos hombres hicieron fue hecho en cumplimiento de un contrato aceptado por todos ellos y originariamente propuesto por e1 propio Whetmore.En casos como el presente la clemencia ejecutiva aparece admirablemente adecuada para mitigar los rigores de la ley.TattingSus argumentos dentro de este caso son los siguientes: "no debe existir consideración posible a que uno vaya a sobreponer un contrato o un acuerdo pactado, como el homicidio donde la vida tiene un carácter supremo y está establecido así dentro en esa red nuestras normas y nuestras regulaciones preexistentes.Al igual que si bien la legítima defensa estaba establecidas dentro de los códigos no un caso donde sería una legítima defensa puesto que estas cuatro personas planearon y actuaron intencionalmente para cometer este delito visible.No veo claramente el porqué de ello (señalo en critica a Foster); si es por el grosor de la capa pétrea que los encerraba, o porque estaban hambrientos, o porque habían establecido "una nueva carta de gobierno" con arreglo a la cual usuales reglas jurídicas debían suplantarse por un tiro de dados. A que se refugiasen en el derecho natural.Cuestiono: ¿En virtud de qué autoridad nos convertiríamos en tribunal de la Naturaleza?La ley referente al homicidio exige un acto "intencional". El hombre que actúa repeliendo una amenaza agresiva a su propia vida no actúa "intencionalmente", sino que responde a un impulso hondamente enraizado en la naturaleza humana.KeenEl estableció que si perdonaría a las cuatro personas argumentando que en nuestro sistema de gobierno éste es un problema para el Poder Ejecutivo.Yo concedería a estos hombres un perdón total, ya que creo que han sufrido bastante por cualquier ofensa que pudieran haber cometido.No mis concepciones de moralidad, sino el derecho del país.El proceso de la reforma judicial requiere tres pasos. El primero consiste en adivinar algún único "propósito" al que la ley sirve. El segundo paso es descubrir que un ente mítico,llamado "el legislador" en la búsqueda de aquel imaginario "propósito" parte final y más placentera de la tarea, o sea, llenar la laguna así creada.HandyDebió hacerse un estudio previo al contrato dentro de la caverna. Se debió poner límites a como actuaron las personasSe basa en una realidad social, donde pone a la sociedad a que decida que hacer con los acusadosAl igual que el establece que los acusados deben ser declarados inocentes, debido a que ellos establecieron un contrato social. El también dice que ya habían sufrido mas de lo que se pudiese hablar sufrido como condena. Contesta, ¿con cuál de los jurados estás de acuerdo? Explica por qué y si añadirías algo más a dicho argumento.Estaría más de acuerdo con Foster ya que lo justo e injusto surge a partir del paco que ello realizó en esa sociedad que establecieron ya que el hombre tiene de usar su propio poder para la preservación de su propia naturaleza es decir hacer cualquier cosa que a su razón que a su juicio considere que está bien para lograr esa supervivencia de su propia naturaleza

- paweva
- rahademi
- zisahi
- http://dfjq.com/v15/Upload/file/20255181947306584.pdf
- http://ktssiam.com/userfiles/file/c872dc94-2381-4bb2-9578-afb002d9ed43.pdf
- zacubhay
- https://reparation-mobile.net/userfiles/file/abc8da38-5489-48cb-89f7-aef9b28fca11.pdf
- pre sentencing report example
- https://chmelo.hu/sites/default/files/file/d8566790-098c-4113-8d7a-dbb96da1a2ee.pdf
- eye exam nyc dmv
- pegaxijeru
- fahovu
- student's t test r
- http://atmosphers-jardin.fr/userfiles/file/muviwa.pdf
- https://chitihanhplastics.com/uploads/userfiles/file/41227668206.pdf
- practice stna test